



REGULAMENTO

Regulamento de Candidatura ao Selo Comunidade Pró-Envelhecimento

Cláusula 1ª

Objecto

1. O presente Regulamento tem por objecto o procedimento de atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*, destinado reconhecer e distinguir as Comunidades portuguesas que implementem boas práticas ao nível da promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido, com qualidade e inovação, e que representem um valor acrescentado para a sociedade, com reflexo directo no bem-estar das comunidades..
2. O *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* consiste num certificado e num selo digital com a distinção conferida, para utilizar em elementos de comunicação.

Cláusula 2ª

Entidades Promotoras

1. O *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* é uma iniciativa promovida pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (abreviadamente designada por OPP), no âmbito da sua missão e valores.
2. O *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* é organizado pela OPP.

Cláusula 3ª

Objectivos

A atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* tem como objectivos:

- Distinguir as Comunidades portuguesas que implementem boas práticas ao nível da promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido, com qualidade e inovação, e que representem um valor acrescentado para a sociedade, com reflexo directo no bem-estar das comunidades.
- Identificar e disseminar boas práticas de promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido, na expectativa de que as práticas identificadas possam ser replicadas e/ou

constituir um incentivo para o desenvolvimento e construção de Comunidades pró-envelhecimento em todo o território nacional.

- Apoiar e promover a Campanha Comunidades Pró-Envelhecimento, estimulando trajectórias positivas de desenvolvimento e ajudando as Comunidades e as comunidades de cidadãos a olharem para si mesmas do ponto de vista do envelhecimento saudável e bem-sucedido.
- Promover a mensagem de que o envelhecimento saudável e bem-sucedido é fundamental para o desenvolvimento saudável de Portugal e para o bem-estar de todos os cidadãos, por razões de ordem ética, prática e económica, e fomentar a melhoria e qualidade das acções para a sua promoção.
- Demonstrar as vantagens e os benefícios, para as autarquias, da aplicação de boas práticas de promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido, encorajando o apoio público a novas e criativas abordagens que permitam às comunidades de cidadãos envelhecer de modo saudável.
- Combater o idadismo e contribuir para uma sociedade inclusiva e equitativa do ponto de vista social, político e económico, independentemente da idade dos cidadãos.
- Incentivar as autarquias e as comunidades a trabalharem conjuntamente e em parceria para gerirem as matérias relativas à promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido.
- Promover o papel dos Psicólogos na promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido ao longo de todo o ciclo de vida.

Cláusula 4ª

Destinatários

São destinatários da atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* todas as Comunidades portuguesas, doravante designadas por Comunidades.

Cláusula 5ª

Candidatura

1. As candidaturas à atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* podem ser apresentadas pela Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia da Comunidade (sendo que se sugere a articulação das candidaturas do mesmo município).
2. Cada Comunidade pode apresentar apenas uma candidatura.
3. As candidaturas devem ser apresentadas de 01 de Outubro de 2019 a 31 de Janeiro de 2020.
4. A candidatura a apresentar deve reflectir uma visão compreensiva e integrada da realidade de toda a Comunidade, sendo recomendável que, para o efeito, seja constituído um grupo de trabalho composto por diferentes intervenientes na autarquia.

5. O procedimento de candidatura é submetido electronicamente, através do preenchimento da *Checklist – Comunidades Pró-Envelhecimento*, anexo ao presente Regulamento e acessível no site www.comunidadesproenvelhecimento.pt, no prazo referido no número três da presente cláusula.
6. A *Checklist – Comunidades Pró-Envelhecimento* está estruturada em três partes:
 - 6.1.1. PARTE I – Constituída por 71 perguntas de resposta obrigatória, dispondo a Comunidade de quatro valores de resposta – em que o valor 3 equivale à resposta “Sim”; o valor 2 à resposta “Parcialmente”; o valor 1 à resposta “Em Progresso”; e o valor 0 à resposta “Não”;
 - 6.1.2. PARTE II – Constituída por 10 perguntas que permitem descrever, fundamentar e apresentar evidências de respostas dadas a algumas perguntas da Parte I;
 - 6.1.3. Parte III – Constituída por 4 perguntas que não são objecto de pontuação e que se destinam apenas a fornecer informação complementar ao Júri.

Cláusula 6ª

E Avaliação das Candidaturas

1. O processo de análise e avaliação das candidaturas à atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* decorre após a data de término das candidaturas.
2. O processo de avaliação decorre das respostas às perguntas das Partes I e II da *Checklist Comunidades Pró-Envelhecimento*:
 - 2.1.1. A pontuação total da Parte I da *Checklist* resulta da soma das pontuações atribuídas pela Comunidade às perguntas da Parte I da *Checklist*, sendo que, ao valor 3 correspondem três pontos; ao valor 2 correspondem dois pontos; ao valor 1 corresponde um ponto; ao valor 0 correspondem zero pontos.
 - 2.1.2. A pontuação total da Parte II da *Checklist* resulta da avaliação efectuada pelo Júri, o qual pontua as respostas dadas pela Comunidade às perguntas da Parte II, recorrendo, para tal, à escala utilizada no preenchimento da Parte I, de acordo com o estabelecido no número 6.1.1. da cláusula 5ª e utilizando os valores de pontuação referidos no número 2.1.1. da presente cláusula.
 - 2.1.3. A pontuação total obtida resulta da média ponderada (valores arredondados às décimas) das pontuações obtidas na Parte I e na Parte II da *Checklist*, nos seguintes termos:
 - a. À Parte I é atribuída a ponderação de 45%;

- b. À Parte II é atribuída a ponderação de 55%.
- 3. Em resultado da pontuação final atribuída às candidaturas, o Júri procede à distinção das mesmas da seguinte forma:
 - 3.1.1. Candidaturas **não seleccionadas** para atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* – em caso de pontuação total obtida igual ou inferior a 55 pontos;
 - 3.1.2. **Candidaturas seleccionadas** para atribuição de *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* – em caso de pontuação total obtida igual ou superior 56 pontos.
- 4. O Júri reserva-se o direito de excluir as candidaturas que não se reportem a políticas e acções no âmbito dos temas do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*, ou cuja candidatura não esteja correctamente preenchida e fundamentada.

Cláusula 7ª

Designação e Composição do Júri

- 1. O Júri, a designar anualmente pela entidade promotora, é constituído por cinco elementos nomeados pela OPP.
- 2. O Júri é presidido por um dos elementos da Ordem dos Psicólogos Portugueses, referidos no número anterior.

Cláusula 8ª

Competências do Júri

- 1. A deliberação sobre a atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* é da exclusiva responsabilidade do Júri.
- 2. Ao Júri compete:
 - a. Deliberar e fundamentar, por escrito, sobre a admissão e exclusão das candidaturas;
 - b. Definir os critérios de selecção e avaliação das candidaturas;
 - c. Analisar as candidaturas apresentadas;
 - d. Garantir o rigor e a transparência de todos os procedimentos relacionados com o processo de atribuição do *Selo*;
 - e. Garantir a máxima confidencialidade de todos os documentos e/ou informação trocada no contexto da iniciativa *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*;
 - f. Deliberar e fundamentar sobre a atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*.

3. As deliberações do júri são definitivas, não sendo passíveis de recurso.
4. O júri reserva-se o direito de não atribuir o *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*, caso a qualidade das candidaturas assim o justifique.

Cláusula 9ª

Funcionamento do Júri

1. As deliberações do Júri são tomadas por maioria dos votos, sendo que cada membro do júri tem direito a um voto.
2. Em caso de empate, o presidente do Júri tem voto de qualidade.

Cláusula 10ª

Titularidade do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*

1. A titularidade do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* é atribuída por dois anos consecutivos, reportados à data da sua atribuição.
2. Esta titularidade confere à entidade a possibilidade de utilizar o *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* os dois anos consecutivos à sua atribuição.

Cláusula 11ª

Divulgação dos Resultados e Entrega do Selo

1. O anúncio dos resultados é publicado nos seguintes sítios da internet: www.ordemdospsicologos.pt e www.comunidadesproenvelhecimento.pt.
2. A cerimónia de atribuição do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* ocorrerá em data e local a designar.

Cláusula 12ª

Perda de Titularidade

1. As entidades promotoras reservam-se o direito de retirar a titularidade do *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento* sempre que se verifiquem situações significativamente contrárias aos princípios de uma Comunidade promotora do envelhecimento saudável e bem-sucedido.

Cláusula 13ª

Disposições Finais

1. As Comunidades são responsáveis por toda a informação disponibilizada para efeitos de candidatura.
2. As Comunidades candidatas comprometem-se a disponibilizar informação complementar para efeitos de candidatura, sempre que solicitada pelas entidades promotoras.
3. Quaisquer dúvidas sobre o presente Regulamento, a elegibilidade e o processo de avaliação das candidaturas podem ser esclarecidas através do seguinte endereço electrónico: info@ordemdospsicologos.pt.
4. Cabe às entidades promotoras analisar e decidir acerca de qualquer omissão ou dúvida de interpretação que, em qualquer momento, se verifique em relação ao disposto no presente Regulamento.